

Comitê Internacional de Direitos Humanos da ONU exige o fim das violações de direitos humanos no Brasil:

O cultivo de soja transgênica no Brasil conduz a perdas na agricultura, ao aumento do número de agricultores sem-terra, a problemas de saúde e ao aumento da pobreza e da subnutrição.

A Via Campesina Brasil, juntamente com a fundadora da organização internacional GEN-Klage, Christiane Lüst, apresentou um relatório ao Comitê Internacional de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, denunciando as violações de direitos humanos decorrentes do uso de transgênicos no Brasil. Após 3 semanas de reuniões, o Comitê Internacional de Direitos Humanos da ONU publicou suas observações conclusivas na Internet, exigindo do governo brasileiro que as violações de direitos humanos sejam imediatamente interrompidas.

O Comitê da ONU criticou especialmente o aumento do desmatamento de regiões inteiras, com graves conseqüências para povos indígenas e pequenos agricultores, o que representa a violação dos direitos à propriedade e à auto-determinação previstos também na Constituição Federal brasileira. O governo brasileiro foi pressionado a tomar imediatamente as medidas necessárias com vistas a interromper esse processo.

“O desmatamento conduz à destruição da subsistência dos povos indígenas e dos pequenos agricultores, à monopolização das terras de cultivo, ao trabalho escravo, ao êxodo rural e o aumento da pobreza na agricultura, demonstrando o outro lado da monocultura da soja. A produção para o consumo próprio está sendo reduzida. O desmatamento aumenta fortemente para liberar novas áreas para o cultivo destinado à exportação. Povos indígenas e pequenos agricultores estão sendo excluídos das suas terras ou assassinados por milícias armadas dos grandes proprietários rurais, que pretendem usar suas terras para o cultivo de monoculturas”, afirmou Antônio Andrioli, representando a Via Campesina no referido relatório.

Uma primeira medida para evitar mais violações de direitos humanos é, portanto, a interrupção imediata do cultivo de transgênicos no Brasil, uma das principais causas do desmatamento e das violações do direito à propriedade e à auto-determinação.

“Já no ano passado o Comitê da ONU relacionou o uso de transgênicos na agricultura com a violação de direitos humanos e, pela primeira vez, exigiu a proteção dos agricultores diante de corporações multinacionais, para garantir o acesso a sementes tradicionais que possam ser reutilizadas a cada ano. Agora mais um governo está sendo pressionado a garantir o direito de pequenos agricultores à propriedade e à auto-determinação“, manifestou Christiane Lüst à imprensa.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi assinado por mais de 140 países, incluindo o Brasil e a Alemanha. Com isso, os países se comprometeram a seguir as recomendações da ONU, o que agora inclui oficialmente a interrupção do cultivo de transgênicos, para evitar mais violações dos direitos humanos.

Nos últimos anos, Lüst já representou diante do Comitê da ONU os agricultores canadenses e o Prêmio Nobel Alternativo Percy Schmeiser, assim como a organização austríaca Pró-Vida.